

América Latina marca para junho

Tóquio — Os países devedores da América Latina vão debater fórmulas mais razoáveis para pagar a dívida externa numa reunião na primeira quinzena de junho, a se realizar na Venezuela ou Colômbia, em nível de Chanceleres e Ministros da Fazenda. A afirmação é de fonte diplomática da comitiva do governo brasileiro em visita a Tóquio.

Ela revelou que os entendimentos entre as Chancelarias foram intensificados no início da semana. Após a divulgação da nota conjunta — assinada inicialmente por Brasil, Colômbia, México e Argentina, com a adesão da Venezuela, Peru, Bolívia, Chile e Equador — os signatários passaram a discutir imediatamente a organização prática do encontro.

Força coletiva

A princípio, três países foram descartados de sediar o encontro de Chanceleres e Ministros das Finanças: Brasil, Argentina e México entendem que não devem promover a reunião, porque nenhum deles deseja assumir a liderança isolada do movimento. Com a realização em um país menor, a reunião assume uma força coletiva maior, argumentaram fontes diplomáticas brasileiras.

O principal empecilho para a definição das datas e local do encontro é compatibilizar a agenda dos Chanceleres e Ministros das Finanças. Ao lembrar essa dificuldade, enquanto

descansava da longa viagem de Los Angeles para Tóquio, no hall do Hotel New Otani, um diplomata brasileiro ironizou: "Acertar a agenda dessas pessoas é praticamente mais difícil do que pagar o serviço da dívida."

Num rápido comentário sobre a nota divulgada pelos quatro países, no sábado, o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, mostrou-se um pouco cético quanto aos efeitos que possa gerar. Preferiu, no entanto, afirmar que "era mais uma tentativa para melhorar a situação dos países devedores".

O pessimismo do Ministro Delfim Neto não se restringe aos efeitos do documento assinado pelos quatro países. Ele tratou de explicar, na noite de ontem, que o pedido do Brasil de 500 milhões de dólares ao Japão está incluído no conjunto de negociações da visita do Presidente Figueiredo, e não especificamente para ajudar a saldar o serviço da dívida deste ano, como foi anunciado.

De pijama, Delfim conversou rapidamente com os jornalistas na porta de sua suíte no New Otani, no final da noite. O Ministro explicou que dos 500 milhões de dólares pretendidos pelo Governo brasileiro estão incluídos recursos para o Proceder — Projeto de Desenvolvimento do Cerrado — para projetos de irrigação e outros investimentos.

ARTHUR PEREIRA